

# BRASIL

Relatório Anual 2005

## A Contribuição do IICA para o Desenvolvimento da Agricultura e das Comunidades Rurais



A CONTRIBUIÇÃO  
DO IICA PARA A  
AGRICULTURA E O  
DESENVOLVIMENTO  
DAS COMUNIDADES  
RURAIS NO BRASIL





# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
1. INTRODUÇÃO .....	7
2. RESUMO EXECUTIVO .....	9
2.1 Resultados da Cooperação Técnica em 2005 .....	9
2.1.1 Facilitação da competitividade e o comércio global .....	9
2.1.2 Promoção da inocuidade de alimentos e da sanidade agropecuária .....	9
2.1.3 Fortalecimento das comunidades rurais .....	10
2.1.4 Integração hemisférica .....	11
2.1.5 Desenvolvimento do capital humano .....	11
2.1.6 Gestão do meio ambiente .....	11
2.1.7 Modernização institucional .....	12
2.1.8 Outras ações .....	12
3. O ESTADO DA AGRICULTURA E A VIDA RURAL NO BRASIL EM 2005 .....	13
3.1 O desempenho recente da agricultura ampliada .....	13
3.2 Os assuntos críticos do entorno internacional e nacional para a agricultura e a vida rural .....	14
3.3 A situação das condições de vida nas comunidades rurais .....	16
4. RESUMO DA AGENDA NACIONAL .....	19
5. RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM 2005 .....	21
5.1 Facilitação da competitividade e o comércio global .....	21
5.2 Promoção da inocuidade de alimentos e da sanidade agropecuária .....	22
5.3 Fortalecimento das comunidades rurais .....	22
5.4 Integração hemisférica .....	24
5.5 Desenvolvimento do capital humano .....	24
5.6 Gestão do meio ambiente .....	25
5.7 Modernização institucional .....	25
5.8 Outras ações .....	26
6. COOPERAÇÃO INTERAGENCIAL .....	27
7. APOIO BRINDADO AO DESENVOLVIMENTO DE PLANOS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS .....	29
7.1 A Agenda Hemisférica: Capítulo 2003-2005 – Contexto Nacional e Internacional .....	30
8. RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO .....	41
9. OPORTUNIDADES PARA A COOPERAÇÃO NO FUTURO .....	43
ANEXO – Publicações .....	45



# APRESENTAÇÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual de suas principais realizações no Brasil em 2005, ano em que este escritório obteve importantes conquistas, que ora compartilhamos com os leitores desta publicação.

A Representação do IICA neste país conta 42 anos de trabalho, tempo em que vem acumulando e compartilhando conhecimentos e experiências em temas importantes para a agenda de desenvolvimento no hemisfério. Atua em áreas estratégicas, como comércio e desenvolvimento do agronegócio, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Trata-se de uma atuação inclusiva. Os projetos de cooperação técnica do IICA/Brasil consolidam atividades de mais de 1.000 organizações dos três setores da sociedade. A relação se dá nos três níveis de governo da federação e objetiva, de maneira constante, a integração das comunidades participantes. É um trabalho abrangente, visto que alcança 90% dos estados brasileiros.

O presente documento oferece uma perspectiva técnica das atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de cooperação, realizados em cada uma das áreas estratégicas do IICA, de acordo com o Plano de Médio Prazo da instituição e a Agenda Nacional de Cooperação Técnica.

CARLOS AMÉRICO BASCO  
Representante do IICA no Brasil



# 1. INTRODUÇÃO

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. De acordo com a convenção vigente, os objetivos do IICA são estimular, promover e apoiar os esforços dos 34 Estados-Membros, para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural.

O IICA trabalha com base em um conjunto muito claro de princípios e objetivos estratégicos. Possui um mandato definido pela Junta Interamericana de Agricultura (JIA), composta pelos Ministros da Agricultura dos Estados-Membros, e opera com base em um Plano de Médio Prazo (PMP), que reflete as tendências do setor agropecuário da América Latina e do Caribe e define as áreas programáticas para a sua cooperação técnica.

Com base nesse PMP e na capacidade técnica e administrativa acumulada em sua história, a Representação do IICA no Brasil vem atuando na geração e gestão de conhecimentos técnicos e científicos, no apoio ao planejamento, no estabelecimento de estratégias de desenvolvimento local e regional, na elaboração e gestão de projetos, bem como no respaldo a ações de fortalecimento do agronegócio e de negociações internacionais agrícolas, temas de fundamental importância regional.

Os resultados apresentados neste relatório refletem as diretrizes e as prioridades estabelecidas na Declaração de Bávaro, firmadas pelos Ministros da Agricultura dos 34 países-membros do hemisfério, durante a Junta Interamericana de Agricultura.





## 2. RESUMO EXECUTIVO

### 2.1 RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM 2005

#### 2.1.1 FACILITAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E O COMÉRCIO GLOBAL

Destaca-se o apoio do IICA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no desenho e implantação do sistema informatizado de gerenciamento, incluindo a operacionalização, a fiscalização e o pagamento para o programa de subvenção federal ao prêmio do seguro rural no Brasil, em conformidade com a legislação local.

Cabe também ressaltar o apoio dado pelo IICA ao Mapa na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, e na formulação do Plano Estratégico da Coordenação, bem como no acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro).

O IICA tem atuado no sentido de sistematizar experiências brasileiras bem-sucedidas, a partir de fontes tradicionais e alternativas de pesquisa e financiamento, que promovem a dinamização do agronegócio. O objetivo é construir um Nodo do Agronegócio capaz de irradiar conhecimento e facilitar a cooperação horizontal.

No que se refere ao comércio global, destaca-se o apoio do IICA à participação de instituições parceiras em eventos dedicados à promoção de iniciativas no âmbito do comércio ético, justo e solidário.

#### 2.1.2 PROMOÇÃO DA INOCUIDADE DE ALIMENTOS E DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

Tendo em vista a importância estratégica do tema para as cadeias do agronegócio brasileiro, o IICA vem atuando junto ao Mapa no planejamento e na gestão da II Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, a ser realizada em abril de 2006, incluindo,

entre outros temas, os sistemas da conformidade, a identificação de origem e a rastreabilidade da cadeia agroalimentar.

Destaca-se também o papel desempenhado pelo IICA no Brasil na organização e facilitação da Conferência Hemisférica de Vigilância e Prevenção da Influenza Aviária, realizada em Brasília, em novembro, ressaltando seu caráter hemisférico e sua importância para a articulação de um plano de vigilância e prevenção da influenza aviária nas Américas.

Outra ação relevante do IICA em 2005 nessa área estratégica foi a elaboração do diagnóstico sobre pragas de sementes das principais hortaliças, com risco potencial para o Brasil, no âmbito do trabalho de Análise de Risco de Pragas (ARP), tendo em vista a formulação da política pública fitossanitária.

O Instituto atuou na caracterização dos serviços fitossanitários e veterinários nacionais e nas propostas para sua modernização, junto às Superintendências de Agricultura do Mapa e às Secretarias de Agricultura dos Estados. Também mobilizou Fiscais Agropecuários e Agentes de Controle Sanitário, com os quais compartilhou conhecimentos e metodologias harmonizados com os países da região e validados pela OIE, permitindo que esses profissionais e instituições atuem de forma proativa em assuntos de sanidade fitossanitária e veterinária.

### 2.1.3 FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

Os Projetos de Combate à Pobreza Rural (PCPR) são financiados pelo Banco Mundial, elaborados e implementados com a cooperação técnica do IICA nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul. Contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais beneficiadas mediante a ampliação de seus estoques de conhecimentos a reflexão sobre causas e conseqüências de seus problemas centrais e a adoção de instrumentos para enfrentá-los cooperativamente e de forma autônoma.

O IICA, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, tem adotado uma abordagem de desenvolvimento que dá visibilidade às vantagens comparativas dos 85 territórios rurais trabalhados em 2005, articulando as potencialidades locais com alternativas concretas de negócios.

Para alcançar os objetivos da proposta de desenvolvimento dos territórios rurais, desenhasse um cenário de contínua articulação e adequação de políticas públicas, com oportunidades e iniciativas territoriais capazes de desenvolver ainda mais o capital social e o capital humano nos territórios apoiados.

Os governos estaduais, principalmente os da Região Nordeste, têm contado com a cooperação técnica do IICA na elaboração de planos locais de desenvolvimento sustentável e na sistematização de experiências de desenvolvimento rural.

O IICA desenvolve ainda, por meio do projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que busca valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural,

com a diversificação das atividades rurais e a construção de mecanismos que permitam a geração de valor à produção. Apóia também programas de capacitação de agricultores, agricultoras e jovens rurais, promovendo o fortalecimento de redes de serviço de assistência técnica e extensão rural nos estados, municípios e territórios.

#### 2.1.4 INTEGRAÇÃO HEMISFÉRICA

Cabe destacar a iniciativa do IICA em criar e implantar um Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, funcionando como uma instância de intercâmbio, articulação e difusão de conhecimentos e experiências em desenvolvimento rural sustentável, constituído por uma rede de instituições de diversos países, especialmente da América Latina.

Ainda em relação à integração hemisférica, a Representação do IICA no Brasil está organizando um acervo de informações, especialmente da literatura, com ênfase nos biocombustíveis biodiesel e etanol (política, legislação, processos, financiamento, óleos combustíveis, selo combustível social, estatísticas), que facilitará a transferência de tecnologia e a análise de fontes alternativas de energia, tornando-se uma opção econômica, social e política da maior importância para os países do hemisfério.

#### 2.1.5 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

A experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA tem sido aplicada na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do Instituto, no Brasil, mediante a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento sustentável em diversos estados do país.

Destaca-se também a realização de nove oficinas para planejamento e desenvolvimento de ações estratégicas com equipes técnicas interdisciplinares do Mapa, que resultaram na elaboração de projetos de cooperação com o IICA.

#### 2.1.6 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

É de se ressaltar a atuação do IICA no Programa de Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul, com a proposta de melhorar as condições das comunidades rurais afetadas pelos problemas socioeconômicos e ambientais gerados pelo fenômeno da desertificação.

Em especial, o IICA, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional, desenvolve ações de cooperação técnica direcionadas à adoção de tecnologias ambientalmente saudáveis e à racionalidade no uso dos recursos hídricos, no contexto da gerência de comitês de bacias hidrográficas, buscando a sustentabilidade da exploração agrícola.

## 2.1.7 MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Representação do IICA no Brasil tem atuado, ainda, em parceria com outras entidades nacionais, na formulação, execução e avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural, nos âmbitos nacional e local, com destaque para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento estratégico, para a gestão do conhecimento e para a capacitação e modernização institucional do Mapa. Também tem atuado, junto ao Ministério, na gestão da tecnologia e da segurança da informação.

Em seu próprio escritório, vem realizando profundas transformações em busca de maior eficiência, com destaque para o desenho de processos de negócio, a definição de um modelo de gestão de conhecimento e o fortalecimento da gestão baseada em lógica de projeto. Por essas transformações técnico-administrativas, ganhou da Sede Central do Instituto o Prêmio de Excelência na categoria Trabalho em Equipe.

## 2.1.8 OUTRAS AÇÕES

O IICA tem trabalhado, com o Ministério da Integração Nacional, na definição de diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro.

# 3. O ESTADO DA AGRICULTURA E A VIDA RURAL NO BRASIL EM 2005

## 3.1 O DESEMPENHO RECENTE DA AGRICULTURA AMPLIADA

Em 2005, as vendas externas do agronegócio brasileiro somaram 43,6 bilhões de dólares, valor 11,8% superior ao montante das exportações em 2004, de 39 bilhões de dólares. O saldo comercial do setor somou 38,4 bilhões de dólares, 12,6% maior que o resultado de 34,1 bilhões de dólares alcançado no ano anterior.

As exportações do agronegócio representaram 37% de todas as vendas externas do país em 2005, o que dá a dimensão exata da importância do setor para a economia nacional. A atividade, como se sabe, abrange geração de empregos, agregação de valores à produção primária, recolhimento de tributos e captação de divisas.

Os números positivos são oficiais, da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), divulgados há poucos dias. O balanço comercial do setor agropecuário nacional revelou também que os grupos de produtos que mais contribuíram para o aumento das exportações foram os de carnes, com 31% das vendas externas; de café, com 42%; e de açúcar e álcool, com 49%. Eles compensaram perdas do complexo soja, cujo valor comercializado caiu 5,7%. O valor obtido nas vendas externas da oleaginosa totalizou 9,4 bilhões de dólares em 2005, contra 10 bilhões no ano anterior.

A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio aponta o elevado crescimento da economia mundial como um dos principais fatores do desempenho positivo do agronegócio em 2005, quando houve maior demanda por bens e aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta brasileira de exportação, como açúcar, café e carnes.

A área plantada em 2006 deverá diminuir em torno de 5%. Além disso, deve haver uma queda no padrão tecnológico, devido ao menor uso de insumos agrícolas, como calcário, fertilizantes e sementes certificadas. O Ministro Roberto Rodrigues acredita que, se as condições do clima forem normais, a produtividade não deverá ser afetada em 2006.

O Programa da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, sancionado pela Lei n. 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 5.121, de 29 de junho de 2004, obteve um grande sucesso em sua implementação no ano de 2005. O programa subvencionou a compra de 829 prêmios, para um capital segurado de R\$ 125 milhões, com prêmios por um montante de R\$ 8,6 milhões, do qual o montante subvencionado foi de R\$ 2,3 milhões. Em 2005, o programa serviu as culturas de maçã, soja, uva e milho. O Programa da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tem como diretrizes promover a universalização do acesso ao seguro rural, assegurar o papel do seguro rural como instrumento para a estabilidade da renda agropecuária, induzir o uso de tecnologias adequadas e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em dezembro de 2004, considera a diversidade de oleaginosas no país, a garantia do suprimento e qualidade, a competitividade ante os demais combustíveis e uma política de inclusão social que beneficia a agricultura familiar, criando um novo mercado. A esses benefícios somam-se os ganhos à balança comercial, com uma economia de até US\$ 160 milhões/ano pela redução das importações de óleo diesel.

Além de ser um combustível limpo, que não polui o meio ambiente, a produção industrial do biodiesel e o cultivo de matérias-primas vão ajudar a criar milhares de empregos na agricultura familiar, estimulando a inclusão social, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e semi-árido brasileiro. Além disso, o biodiesel vai fazer com que o Brasil importe menos diesel de petróleo, gerando uma grande economia para a nação.

## 3.2 OS ASSUNTOS CRÍTICOS DO ENTORNO INTERNACIONAL E NACIONAL PARA A AGRICULTURA E A VIDA RURAL

O comportamento do dólar foi o principal responsável pela queda do desempenho do agronegócio no PIB. Atrelados à moeda americana, os preços da soja e do trigo também despencaram. Com isso, embora o volume da produção tenha sido quase o mesmo, os valores recebidos pelos agricultores caíram praticamente na mesma proporção da queda do dólar.

A queda de renda do setor agropecuário, devido à redução dos preços das principais *commodities*, pode comprometer a manutenção do ritmo crescente de geração de novos empregos no campo.

Esse comportamento negativo do agronegócio brasileiro também pode ser explicado pelo longo período de seca e pela prorrogação dos vencimentos de créditos de custeio e

investimento dos produtores, com taxas de juros equalizadas, o que reduziu o volume de recursos para o custeio da safra.

O cenário que se apresenta complica a safra que está sendo plantada em 2005, contribuindo para que a área plantada caia cerca de 5% e para que haja queda no padrão tecnológico das lavouras. A produção estimada para a safra 2005/06 é de cerca de 120 milhões de toneladas, a menor safra desde 2003 em condições normais de clima.

Alguns fatores internos que poderiam fazer contrapeso a esses fatores externos negativos seriam o clima favorável, gerando boa safra, e a abertura de novos mercados, que ampliaria as exportações do agronegócio.

A Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) prevê que, com o embargo de alguns países à carne bovina brasileira, as exportações do produto sejam US\$ 200 milhões menores do que o esperado. A estimativa da Confederação, para este ano, era de exportar US\$ 3,2 bilhões, mas o valor deve chegar a US\$ 3 bilhões, devido à descoberta de focos de febre aftosa no gado do país. O cenário para 2006 dependerá da eficiência do Brasil em conseguir controlar os focos de aftosa.

É importante também que se aumentem os investimentos públicos na área de defesa sanitária animal, para que o país possa erradicar a febre aftosa de todo o seu rebanho, contribuindo para o acesso da carne brasileira aos mais importantes mercados mundiais, que melhor remuneram o produto. O Brasil precisa erradicar a febre aftosa nas Regiões Norte e Nordeste, além de apoiar programas para a erradicação da doença em países vizinhos, o que aumentará a proteção do rebanho brasileiro.

Em outubro de 2005, o Brasil recebeu o laudo de arbitragem da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre os subsídios da União Européia à exportação de açúcar. O documento estabeleceu que a União Européia terá 12 meses para implementar as recomendações do painel e do Órgão de Apelação (OA), a contar da data de adoção dos seus relatórios, 19 de maio de 2005. A União Européia (UE) terá que limitar suas exportações de açúcar, até o prazo máximo de 22 de maio de 2006, a 1,273 milhões de toneladas anuais e seu dispêndio em subsídios à exportações do produto a 499,1 milhões de euros por ano.

O governo brasileiro acredita que as medidas de subvenção à exportação do açúcar da UE demonstram que ela não tem cumprido as obrigações que adquiriu sob o Acordo Agrícola, o Acordo sobre Subvenções e Medidas Compensatórias e o General Agreement of Tariffs and Trade (GATT) de 1994. A expectativa do governo brasileiro é de que, com a retirada dos subsídios ilegais e com a redução da participação da UE no mercado, o mercado internacional de açúcar para os demais países cresça em volume.

A precária infra-estrutura de escoamento do Brasil é outro fator que prejudica a remuneração dos produtores, pois reduz os preços pagos pelas *commodities*. Estradas esburacadas e portos com capacidade insuficiente para atender aos embarques são fatores que depreciam o valor da produção agrícola brasileira. Se o clima for extremamente favorável na próxima safra, elevando a produção, haverá problemas de escoamento e, conseqüentemente, redução nos preços.



### 3.3 A SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA NAS COMUNIDADES RURAIS

A agricultura familiar, que representa mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários do país (cerca de 90% do total), responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária (metade dos produtos componentes da cesta básica) e ocupa apenas 33% da área total agropecuária. Constitui a principal alavanca do desenvolvimento sustentável do interior. Ela tem um imenso espaço para crescer e desenvolver-se, pois apenas 20% dos estabelecimentos familiares são “muito integrados” ao mercado, enquanto 40% são “pouco integrados”, restando outros 40% que quase não geram renda.

A agricultura familiar gera 77% das ocupações no campo, sendo, ainda, responsável por 60% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira.

Um programa com objetivos claros de atuar decididamente no revigoramento dos 80% dos estabelecimentos familiares com espaço para desenvolver-se, gerando uma grande contribuição à economia e à redução das assimetrias mencionadas, poderá provocar externalidades ainda maiores quando aplicados os fundamentos da abordagem territorial, o que é uma decisão estratégica do governo federal.

Análises fundamentadas apontam para um fato que se sobressai: nas últimas décadas, as políticas públicas implantadas para promoção do desenvolvimento rural no Brasil ou foram insuficientes ou não pretendiam mesmo generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida das populações que habitavam o interior brasileiro. A maior evidência é o aumento da pobreza e a persistência das desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas. Em 1996, 28,6% dos lares brasileiros e 35,8% da população eram considerados pobres. Em 1999, esses indicadores subiram para 29,8% e 37,5%, respectivamente. O nível de indigência, entretanto, foi ligeiramente reduzido no mesmo período, passando de 10,5% dos lares e 13,9% da população para 9,6% dos lares e 12,9% da população (*Panorama Social de América Latina – 2001-2002*, Cepal).

Cabe ressaltar que, desde 2003, o Plano Safra da Agricultura Familiar tem tido um aumento contínuo e expressivo nos recursos disponíveis para financiar os produtores. Pelo terceiro ano-safra consecutivo, o Plano destinou um volume recorde de crédito aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária.

O crédito é concedido por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Foram criadas novas linhas de crédito e vantagens no financiamento de uma série de atividades, como a agroindústria e o turismo rural. No esforço de qualificação da produção familiar e de promoção da igualdade, merece destaque a criação das linhas de crédito para o jovem rural (Pronaf Jovem) e para a mulher (Pronaf Mulher).

A diversidade do meio rural também passou a receber maior atenção por parte do governo. Além dos agricultores familiares e assentados, o acesso ao crédito foi estendido a pescadores, extrativistas, populações ribeirinhas, indígenas e descendentes de quilombolas.

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados ainda podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem o maior contingente de pobres e de excluídos no meio rural.



# 4. RESUMO DA AGENDA NACIONAL

O governo brasileiro definiu suas prioridades, objetivos e metas de atuação para o biênio 2004-2005 no meio rural em dois planos direcionados para os diversos segmentos de produtores, cujas diretrizes são as seguintes:

## **Plano Agrícola e Pecuário 2004-2005**

- permitir novos aumentos da produção, por meio de ganhos de produtividade e de incorporação de áreas de modo ambientalmente sustentável, possibilitando mais e melhores alimentos aos brasileiros e crescimento da exportação e do saldo comercial do agronegócio;
- potencializar o processo de crescimento econômico do país, promovendo a interiorização do desenvolvimento e ampliando as oportunidades de inclusão social, por intermédio do aumento de renda e de emprego no campo e na cidade;
- alavancar a modernização e a competitividade do agronegócio, financiando maciçamente o investimento produtivo e trabalhando em prol da melhoria da infra-estrutura no meio rural;
- inserir, cada vez mais, a agropecuária e o agronegócio nos mercados financeiro e de capitais, atraindo novos investidores com a utilização de mecanismos inéditos de financiamento, comercialização e seguro, reduzindo os custos e os riscos das atividades.

## **Plano Safra para a Agricultura Familiar 2004-2005**

- beneficiar cerca de 1,8 milhão de famílias com crédito fácil, juros baixos e prazos estendidos;
- levar informação e tecnologia aos estabelecimentos familiares, criando condições técnicas para aumentar a qualidade da produção e a renda desses produtores rurais;
- fortalecer e incentivar o desenvolvimento de produtos com valores agregados;
- consolidar linhas especiais de financiamento, como o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher, que incluem públicos com grande potencial de crescimento, mas com dificuldades em acessar o crédito;
- promover o desenvolvimento sustentável no campo, gerando emprego e renda a milhões de pessoas e garantindo a produção dos alimentos necessários à segurança alimentar do povo brasileiro, no contexto do Programa Fome Zero;
- apoiar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, inclusive dos assentamentos da reforma agrária, por intermédio de compras diretas, garantindo preços estáveis aos produtores;

- ampliar a oferta e simplificar a concessão de crédito rural, por meio das linhas de financiamentos especiais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com encargos financeiros favorecidos, direcionando essas linhas de crédito também para o semi-árido nordestino e para os segmentos sociais marginalizados;
- implementar uma política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), fomentando o desenvolvimento de novas metodologias, culturas e tecnologias que facilitem a vida dos agricultores familiares e respeitando o meio-ambiente, a vocação e o potencial de cada região.

O IICA, após considerar essas diretrizes e avaliá-las juntamente com as autoridades brasileiras, incorporou-as ao conjunto de ações que pratica no Brasil, de modo a refletir em Agenda Nacional as intenções do governo brasileiro.

Dessa forma, o documento reflete as manifestações de prioridades que servirão como importantes marcos referenciais para o trabalho de execução e detalhamento dos projetos específicos entre esta representação e as entidades participantes.

Os projetos apresentados foram submetidos posteriormente às autoridades consultadas. Dessa forma, converteram-se em indicadores fundamentais do Plano de Médio Prazo 2002-2006, no que se refere ao Brasil.

Vale ressaltar que a complexidade do setor público brasileiro, a elevada representação dos órgãos da iniciativa privada e a diversidade regional dificultaram a elaboração de uma agenda única. Assim, procurou-se compor uma agenda que não fosse excessivamente extensa e diversificada nem demasiadamente genérica. Os temas propostos pelas autoridades brasileiras, tanto dos setores públicos quanto dos setores privados, convergem para várias atividades da competência desta representação. Alguns apresentam normas de orientação ou ênfase a projetos e a atividades em vigência que atendem, parcial ou totalmente, às proposições das autoridades representativas do país.

O IICA/Brasil criou condições e pretende formular medidas que permitam às instituições parceiras avaliar periodicamente os projetos e as ações correspondentes às prioridades do país. Com esse intuito, foram adotados os seguintes procedimentos operacionais:

- a) submissão dos relatórios de progresso e final dos projetos em execução às autoridades técnicas das entidades conveniadas;
- b) disponibilidade dos produtos mais relevantes, não apenas aos órgãos do mesmo ministério, mas também a todos os parceiros institucionais do IICA;
- c) encaminhamento oportuno das prestações de contas às considerações dos projetos.

# 5. RESULTADOS DA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM 2005

## 5.1 FACILITAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E O COMÉRCIO GLOBAL

Destaca-se o apoio do IICA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no desenho e implantação do sistema informatizado de gerenciamento, incluindo a operacionalização, fiscalização e pagamento para o programa de subvenção federal ao prêmio do seguro rural no Brasil, em conformidade com a legislação local.

Cabe também ressaltar o apoio dado pelo IICA ao Mapa na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, e o apoio para a formulação e acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) e do próprio Mapa.

O IICA tem atuado no sentido de sistematizar experiências brasileiras bem-sucedidas a partir de fontes tradicionais e alternativas de pesquisa e financiamento, que promovem a dinamização do agronegócio. O objetivo é construir um Nodo do Agronegócio capaz de irradiar conhecimento e facilitar a cooperação horizontal.

No que se refere ao comércio global, destaca-se o apoio do IICA à participação de instituições parceiras em eventos dedicados à promoção de iniciativas no âmbito do comércio ético, justo e solidário.

## 5.2 PROMOÇÃO DA INOCUIDADE DE ALIMENTOS E DA SANIDADE AGROPECUÁRIA

Tendo em vista a importância estratégica do tema para as cadeias do agronegócio brasileiro, o IICA vem atuando junto ao Mapa no planejamento e na gestão da II Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, a ser realizada em abril de 2006, incluindo, entre outros temas, os sistemas de conformidade, a identificação de origem e a rastreabilidade da cadeia agroalimentar.

Destaca-se também o papel desempenhado pelo IICA no Brasil na organização e facilitação da Conferência Hemisférica de Vigilância e Prevenção da Influenza Aviária, realizada em Brasília em novembro, ressaltando seu caráter hemisférico e sua importância para a articulação de um plano de vigilância e prevenção da influenza aviária nas Américas.

Outra ação relevante do IICA em 2005 nessa área estratégica foi a elaboração do diagnóstico sobre pragas de sementes das principais hortaliças, com risco potencial para o Brasil, no âmbito do trabalho de Análise de Risco de Pragas (ARP), tendo em vista a formulação da política pública fitossanitária.

O Instituto atuou na caracterização dos serviços fitossanitários e veterinários nacionais e nas propostas para sua modernização, junto às Superintendências de Agricultura do Mapa e das Secretarias de Agricultura dos Estados. Também mobilizou Fiscais Agropecuários e Agentes de Controle Sanitário, com os quais compartilhou conhecimentos e metodologias harmonizados com os países da região e validados pela OIE, permitindo que esses profissionais e instituições atuem de forma proativa em assuntos de sanidade fitossanitária e veterinária.

A equipe técnica do IICA no Brasil elaborou o perfil de projeto para o Mapa, com características suficientemente amplas para combater diversos problemas sanitários e fortalecer a política de parcerias público-privadas do Ministério.

Finalmente, destaca-se a elaboração do projeto denominado “Projeto de Prevenção da EEB” (enfermidade da vaca louca) no Brasil, cujo objetivo é consolidar o *status* do Brasil como país livre da EEB, para garantir a qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal.

## 5.3 FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS

Os Projetos de Combate à Pobreza Rural (PCPR) são financiados pelo Banco Mundial, elaborados e implementados com a cooperação técnica do IICA nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul. Contribuem para o fortalecimento das comunidades rurais beneficiadas, mediante a ampliação de seus estoques de conhecimentos, a reflexão sobre causas e conseqüências de seus problemas centrais e a adoção de instrumentos para enfrentá-los cooperativamente e de forma autônoma.

O IICA, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, tem adotado uma abordagem de desenvolvimento

que dá visibilidade às vantagens comparativas dos 85 territórios rurais trabalhados em 2005, identificando oportunidades de negócio que viabilizem processos de produção e apropriação de excedentes em âmbito local e que favoreçam investimentos públicos e privados em infraestrutura social e produtiva. Em outras palavras, essa ação consiste em articular alianças estratégicas que dêem sustentabilidade a esses processos, por meio de parcerias e empreendimentos comuns.

Para alcançar os objetivos da proposta de desenvolvimento dos territórios rurais, desenhou-se um cenário de contínua articulação e adequação de políticas públicas com oportunidades e iniciativas territoriais capazes de:

- desenvolver ainda mais o capital social e o capital humano nos territórios apoiados, ainda que já presentes e atuantes;
- introduzir inovações socioeconômicas capazes de ampliar e diversificar suas atividades geradoras de renda e de empregos, de caminhar para a consolidação de uma economia territorial que valorize os recursos locais, apoiando projetos inovadores, demonstrativos e associativos;
- estabelecer espaços institucionais de articulação, debates, decisão e gestão de planos territoriais de desenvolvimento, capazes de organizar os recursos territoriais em torno de iniciativas sustentáveis e competitivas;
- introduzir práticas de gestão social que aumentem e qualifiquem a participação social e que estabeleçam novos processos de interação dos setores públicos com a sociedade civil.

Trata-se ainda de incorporar a noção multidimensional da agricultura ao processo de elaboração de políticas públicas de desenvolvimento rural; de articular aspectos sociais, ambientais, econômicos e éticos que estabeleçam mecanismos que garantam a proteção ao meio ambiente e aos direitos fundamentais da humanidade.

Os governos estaduais, principalmente os da Região Nordeste, têm contado com a cooperação técnica do IICA na elaboração de planos locais de desenvolvimento sustentável e na sistematização de experiências de desenvolvimento rural.

O IICA desenvolve ainda, por meio do projeto de cooperação técnica com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que busca valorizar e divulgar o conceito de agricultura familiar como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do meio rural, com a diversificação das atividades rurais e a construção de mecanismos que permitam a geração de valor à produção. Apóia também programas de capacitação de agricultores, agricultoras e jovens rurais, promovendo o fortalecimento de redes de serviço de assistência técnica e extensão rural nos estados, municípios e territórios.



## 5.4 INTEGRAÇÃO HEMISFÉRICA

Cabe destacar a iniciativa do IICA em criar e implantar um Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, funcionando como uma instância de intercâmbio, articulação e difusão de conhecimentos e experiências em desenvolvimento rural sustentável, constituído por uma rede de instituições de diversos países, especialmente da América Latina.

Ainda em relação à integração hemisférica, a Representação do IICA no Brasil está organizando um acervo de informações, especialmente da literatura, com ênfase nos biocombustíveis biodiesel e etanol (política, legislação, processos, financiamento, óleos combustíveis, selo combustível social, estatísticas), que facilitará a transferência de tecnologia e análise de fontes alternativas de energia, tornando-se uma opção econômica, social e política da maior importância para os países do hemisfério.

O IICA apóia a articulação entre instituições de pesquisa agropecuária dos países latino-americanos por intermédio das redes de pesquisa "Procis", em particular dos programas Proctrópicos e Procisur. Dessa forma, os países da região e do hemisfério se beneficiam dos projetos de pesquisa científica em curso e usufruem seus resultados.

## 5.5 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

A experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA tem sido aplicada na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do Instituto, no Brasil, mediante a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento sustentável em diversos estados do país.

Destaca-se também a realização de nove oficinas para planejamento e desenvolvimento de ações estratégicas, com equipes técnicas interdisciplinares do Mapa, que resultaram na elaboração de dois novos projetos de cooperação técnica com o IICA.

Ação a ser destacada na atuação do IICA em 2005 foi a implantação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável como instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira em desenvolvimento rural sustentável para o resto do continente, que veio a acelerar o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região, em processos de cooperação técnica horizontal.

Ressalta-se, por fim, o apoio do IICA à Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), na realização de eventos que ofereceram aos profissionais de ciências sociais rurais, aos agricultores, aos técnicos e à sociedade brasileira informações, idéias, propostas técnicas e de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

## 5.6 GESTÃO DO MEIO AMBIENTE

Destaca-se a atuação do IICA no Programa de Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul, com a proposta de melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pelos problemas socioeconômicos e ambientais gerados pelo fenômeno da desertificação.

O IICA tem conferido à agricultura prioridade quanto ao uso da água. Para tanto, empenha-se na busca de soluções eficientes para a aplicação dos recursos hídricos, visando à maximização da produtividade agrícola, sem prejuízo da preservação do potencial do país. Para atingir esses objetivos, o IICA desenvolve parcerias no gerenciamento integrado de recursos hídricos, sempre coerentes com as realidades regional e local.

Em especial, o IICA desenvolve ações de cooperação técnica com instituições na área ambiental e de recursos hídricos, direcionadas para as seguintes metas:

- promover a adoção de tecnologias ambientalmente saudáveis;
- fortalecer institucionalmente as secretarias de recursos hídricos estaduais e os órgãos ambientais associados, dotando-os de bases técnico-legais e administrativas, visando ao gerenciamento integrado dos recursos hídricos;
- implementar o conceito de desenvolvimento do recurso terra e água no amplo contexto do território definido pela bacia hidrográfica e sua envoltória geográfica em benefício do meio socioambiental, com o objetivo de mitigar impactos e otimizar recursos financeiros e humanos propiciados pelas ações de cooperação;
- desenvolver e implementar tecnologias adequadas para o uso racional dos recursos hídricos no setor da agricultura irrigada e formular políticas de irrigação com o enfoque “água para a agricultura, água para a alimentação”, em consonância com as metas de desenvolvimento do milênio;
- desenvolver instrumentos de implementação de políticas de recursos hídricos, como formação de comitês de bacia, sistemas de informação, procedimentos de outorga para os direitos de uso da água, monitoramento de parâmetros hidroambientais;
- desenvolver aspectos relacionados à quantidade e à qualidade dos recursos hídricos, ao abastecimento e ao saneamento rural, às práticas agrícolas adequadas de conservação do solo, à prevenção de perdas de solo produtivo, à gestão de riscos, secas e enchentes e à reciclagem e reutilização da água para a agricultura, tudo em consonância com as diretivas e orientações internacionais vigentes e amplamente adotadas no contexto do desenvolvimento sustentável.

## 5.7 MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Em relação à modernização institucional, o IICA no Brasil tem se empenhado em criar e fortalecer as estruturas institucionais nacionais encarregadas da formulação, da execução e da avaliação de estratégias, políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural, nos âmbitos

nacional e local, por intermédio de atividades de capacitação para o fortalecimento institucional. Dentre as atividades desenvolvidas nesse tema destacam-se as seguintes:

A implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, que permitirá ao Ministério melhorar o seu processo decisório na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas direcionadas ao seu público-alvo. Esse processo de melhoria, por conseguinte, será estendido aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e aos órgãos específicos singulares, como as Secretarias e Superintendências do Mapa, e, indiretamente, aos órgãos de administração indireta – empresas públicas e sociedades de economia mista –, e unidades descentralizadas, totalizando 85 órgãos.

A implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Gestão e Modernização da Tecnologia da Informação e Implementação do Modelo de Gestão da Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, que proverá o Ministério de um Plano de Diretrizes para a gestão e modernização da tecnologia da informação e permitirá a implementação de um Modelo de Gestão da Segurança da Informação, que possibilitará a operacionalização da gestão de risco, elevando o nível de segurança das informações utilizadas pelo MAPA.

O fortalecimento das estruturas técnica e administrativa da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional promoverá o apoio institucional necessário às instituições do setor público responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura irrigada.

A elevação da capacidade de gestão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social e de organizações não-governamentais permitirá gerir programas e projetos de desenvolvimento local sustentável, especialmente os relacionados ao combate à pobreza rural nos Estados do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Piauí, do Maranhão e do Rio Grande do Sul.

A criação, na Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, da capacidade de gerenciamento integrado dos projetos de irrigação, possibilitará o desenvolvimento da agricultura irrigada no estado.

## 5.8 OUTRAS AÇÕES

O IICA tem trabalhado com o Ministério da Integração Nacional na definição de diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro, com destaque para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri; do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste; do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido e dos Planos Diretores Municipais das Cidades Gêmeas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Faixa da Fronteira.

## 6. COOPERAÇÃO INTERAGENCIAL

Neste item merecem realce as alianças estratégicas com o Banco do Brasil e a Eletronorte, para a implementação de ações e a adoção de abordagens e estratégias de desenvolvimento local que assegurem maior solidez e eficácia à execução e ao gerenciamento de projetos que contribuam para a promoção do desenvolvimento regional sustentável e a prosperidade do agronegócio no meio rural brasileiro.

É importante também destacar a realização do Curso de Formação em Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado em junho de 2005, na Espanha, contando com a participação 20 técnicos do IICA e de outras instituições brasileiras e internacionais, organizado em conjunto pela Sede Central do IICA, IICA/Brasil, IICA/Espanha e pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentos da Espanha.



# 7. APOIO BRINDADO AO DESENVOLVIMENTO DE PLANOS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS

**O Plano de Ação Agro 2003-2015** reflete a intenção dos países-membros em trabalhar para o alcance da visão compartilhada. Em seu teor, consta que os governos nacionais são os principais responsáveis pela implementação da agenda compartilhada, bem como por executar o Plano de Ação à luz de seus compromissos e acordos internacionais.

**A Agenda Hemisférica 2003-2005** é a primeira de seis agendas bienais, por meio das quais será implementado o Plano de Ação Agro 2003-2015. Os governos dos países participantes encaminharão relatórios sobre seu progresso na implantação de cada agenda bienal à Reunião Ministerial sobre Agricultura e Vida Rural, que se realiza no final de cada período, e usarão esses relatórios para atualizar a agenda do período subsequente.

O IICA no Brasil tem apoiado a implementação do Plano Agro 2003-2015. No tópico a seguir, constam, primeiramente, as ações previstas na *Agenda Hemisférica: Capítulo 2003-2005*, sempre acompanhadas das ações a serem praticadas pelo IICA no Brasil – ações essas previstas em sua Agenda Nacional –, de acordo com o tema a que se referem.

## 7.1 A AGENDA HEMISFÉRICA: CAPÍTULO 2003-2005 – CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL

### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Apoiar uma reforma real e significativa na agricultura, mediante o fortalecimento das normas multilaterais que regulam o comércio agropecuário, conforme foi acordado em Doha, incluindo melhorias significativas no acesso aos mercados.

Reduzir, visando à eliminação, todas as formas de subsídios de exportação e de reduções substanciais das ajudas internas que distorcem o comércio.

Apoiar o estabelecimento de áreas de livre-comércio no hemisfério e em outros foros regionais ou sub-regionais.

Apoiar o desenvolvimento de capacidades e a cooperação técnica para a consecução desses objetivos, inclusive participando nesse processo.

### **Agenda Nacional 2004-2005:**

O IICA criou oficialmente, em maio de 2003 (reunião realizada em Brasília/DF), a Secretaria Técnico-Administrativa do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), cujas funções são exercidas por intermédio dos escritórios do IICA localizados na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, países-membros em que possui representação.

A Representação do IICA no Brasil participa desse esforço conjunto com as demais representações do instituto na Região Sul e objetiva cumprir a diretriz formulada pela sua direção-geral, que estabelece como uma das prioridades a cooperação do instituto na região, no período 2002-2006: “promover os esforços que apóiem a cooperação na agricultura e facilitem o comércio agrícola dentro do contexto do Mercosul” e, especificamente, “apoiar o Foro Ministerial Regional como mecanismo de diálogo e coordenação regional”.

### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Atribuir alta prioridade às políticas regionais de saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade dos alimentos, fortalecendo os sistemas nacionais e regionais e reafirmando seu compromisso com as organizações competentes, reconhecidas pelo Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, com as organizações internacionais pertinentes – *Codex Alimentarius*, Organização Internacional de Epizootias (OIE), Convenção Internacional sobre Proteção Fitossanitária (CIPF) – e com as organizações regionais e internacionais pertinentes.

### **Agenda Nacional 2004-2005:**

Destaca-se a solicitação de apoio feita pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ao IICA quanto à identificação, caracterização e descrição de pragas de

hortaliças, com risco potencial para o Brasil, associadas às culturas elencadas como prioritárias para o trabalho de Análise de Risco de Pragas (ARP), que subsidiem a formulação da política pública fitossanitária pelo Mapa.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover condições econômicas e sociais propícias ao desenvolvimento de agronegócios, geração de emprego, integração das cadeias agroprodutivo-comerciais e sua participação no contexto mundial.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

Tendo em vista a importância estratégica para as cadeias do agronegócio brasileiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitou o apoio do IICA na montagem e na organização da Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, cujos temas centrais serão os sistemas da conformidade, a identificação de origem e a rastreabilidade da cadeia agroalimentar.

Cabe também ressaltar o apoio dado pelo IICA ao Mapa na formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, e na formulação e acompanhamento da agenda de trabalho das câmaras setoriais e temáticas do Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro) e do próprio Mapa.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Incentivar o cooperativismo como forma de melhorar a organização da produção e comercialização, bem como a renda rural.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

O Mapa solicitou ao IICA o apoio técnico em ações que visam o desenvolvimento do cooperativismo nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nesse sentido, o IICA realizou um estudo cujo objetivo é conhecer o universo cooperativista do Nordeste nas dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e de contribuição para o desenvolvimento regional e, principalmente, para o desenvolvimento do agronegócio.

Foram também pesquisadas áreas e setores mais representativos de atuação das cooperativas, a diversidade cooperativista e a contribuição dessas para o desenvolvimento de territórios e do agronegócio em dadas regiões. Torna-se interessante o conhecimento sobre a contribuição do cooperativismo no processo de mobilização da população para a participação de empreendimentos de caráter coletivo e associativo, com a finalidade de geração de renda e emprego.



**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Incentivar o estabelecimento de prioridades e a revitalização das capacidades de pesquisa, mediante a coordenação entre agricultores, centros de pesquisa e serviços agrícolas.

Facilitar o acesso a tecnologias inovadoras que sejam adaptáveis e práticas, vinculadas diretamente com os sistemas de produção, processamento e comercialização.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

O IICA no Brasil continuará desempenhando o papel de articulador da rede de pesquisa Procitrópicos, Procisur com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Dessa forma, os países da região e do hemisfério poderão se beneficiar dos projetos de pesquisa científica em curso e usufruir seus resultados.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Facilitar o acesso a novas tecnologias, para aumentar a produtividade e estabelecer um mecanismo hemisférico visando alcançar a melhor compreensão da ciência e da segurança dos produtos biotecnológicos, inclusive a criação de bases de dados. Considerar o desenvolvimento da biotecnologia e sua aplicação na agricultura sob uma visão estratégica sustentável.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

O apoio do IICA à Embrapa na execução do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Tecnologia Agropecuária (Prodatab), com destacada importância na geração e na utilização da pesquisa agropecuária para melhorar a competitividade e a qualidade das cadeias produtivas, foi bastante relevante. Além disso, colaborou para o desenvolvimento de comunidades rurais que precisam de tecnologia de produção agropecuária, preferencialmente com agregação de valor aos seus produtos, de conhecimentos técnicos gerados de acordo com as necessidades e demandas, de conservação dos recursos naturais, enfim, de estudos que atendam seus anseios e garantam a sustentabilidade econômica, social e ambiental da sua exploração.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Apoiar as ações conducentes ao cumprimento das normas internacionais de sanidade agropecuária.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

Tendo em vista a importância estratégica para as cadeias do agronegócio brasileiro, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitou o apoio do IICA na montagem e na organização da Conferência Internacional de Rastreabilidade de Produtos Agroalimentares, cujos temas centrais serão os sistemas da conformidade, identificação de origem e rastreabilidade da cadeia agroalimentar. Igualmente foi solicitado o apoio para colaborar com o Comitê de Sanidade Vegetal do Conesul (Cosave) na prevenção da disseminação de pragas

vegetais no comércio inter-regional e na prevenção de doenças animais de altíssima importância estratégica.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover a agricultura orgânica, bem como elaborar normas sobre a produção, vigilância, controle e certificação da qualidade e do comércio de produtos orgânicos.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

Os projetos desenvolvidos pelo IICA, no âmbito da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, têm previsto em seu escopo a promoção da agricultura orgânica.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Incentivar programas de desenvolvimento rural com equidade de gênero, levando em conta o aspecto multicultural, quando pertinente, atribuindo atenção especial a diferentes grupos etários para melhorar as condições de vida da população rural.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

No âmbito da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o IICA utilizará sua experiência e conhecimentos para a articulação, juntamente com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead/MDA), de uma rede nacional para construção do Observatório de Desenvolvimento Rural. Nesse observatório, a participação das organizações não-governamentais e das entidades de representação de trabalhadores rurais, mulheres, comunidades indígenas e quilombolas, entidades estudantis e movimentos sociais (regional e nacional) será vital para que seja viabilizado como uma rede capaz de interligar instituições de pesquisa, entidades de assessoria, centros de tecnologia e de comercialização, agricultores e agricultoras familiares, assentados de reforma agrária, comunidades rurais tradicionais e conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover a capacitação agropecuária e rural e recomendar às autoridades competentes a avaliação e o credenciamento das disciplinas de educação agrícola.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

O IICA promoverá, por solicitação da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), o intercâmbio técnico na área de extensão rural. Com a publicação do Decreto n. 4.739, que designa o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como o responsável pelas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), recaiu sobre o Projeto IICA/Pronaf a atribuição de executar ações, no âmbito da cooperação técnica, que viabilizem atitudes e políticas de assistência técnica em nível nacional.

Essas ações, além de disponibilizar a assistência técnica da União, até então restrita a políticas estaduais, iniciativas de organismos não-governamentais e agricultores familiares brasileiros, incluem uma política nacional de assistência e de apoio ao meio rural. Entre as inovações, haverá um sistema descentralizado com a participação dos governos estaduais, organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) estatal, não-estatal e movimentos sociais. Essa estrutura vai gerenciar, inclusive, a aplicação de recursos financeiros.

Nesse contexto, será de grande importância a participação do IICA como facilitador para o intercâmbio de conhecimentos no setor de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nas Américas, por meio de suas relações internacionais com as agências dos demais países do continente.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países nas áreas de cooperação técnica, conhecimento, informação e experiências que contribuam para a modernização da agricultura e da vida rural.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

Experiência brasileira em desenvolvimento rural sustentável difundida para o resto do continente por meio do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado pelo IICA.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover oportunidades adicionais para a cooperação com atores interessados nos setores agrícolas e não-agrícolas e com a sociedade civil, assegurando que as instituições agrícolas tenham suficiente capacidade para alcançar esses objetivos.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

A experiência do IICA na condução de ações de desenvolvimento rural, realizadas nos últimos dez anos, por intermédio da cooperação técnica, particularmente na Região Nordeste, faz com que essa área temática seja uma das mais demandadas ao IICA em termos de cooperação por parte dos governos estaduais e do governo federal.

O IICA vem trabalhando em estreita aliança com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para apoiar os governos dos estados na aplicação dos recursos financeiros provenientes de empréstimos externos necessários à implementação de projetos de desenvolvimento no meio rural.

O instituto continuará praticando seu modelo de identificação e tratamento de oportunidades e demandas, assim como a organização social da população e a elaboração de projetos com a efetiva participação das comunidades beneficiárias. Propiciará também continuidade à cooperação técnica em ações de combate às causas da pobreza rural nos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí,

Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe que servem de modelo para a possível aplicação dessas ações em outros estados do Brasil.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Fortalecer a interação regional e hemisférica entre ministérios e secretarias de agricultura, entre organismos internacionais e entre ambos.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

O IICA continuará desenvolvendo ações relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, com o Ministério da Integração Nacional, e continuará promovendo a redução das desigualdades regionais, mediante o fortalecimento da capacidade institucional do ministério no que diz respeito ao processo de formulação de políticas, aos mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional e à implementação de programas integrados de desenvolvimento.

Mais especificamente, o IICA apoiará as prioridades da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Essas prioridades estão concentradas em um conjunto de ações previstas em programas estruturantes incluídos no plano plurianual do governo federal, dentre os quais se sobressaem aqueles voltados para a promoção de arranjos produtivos locais e de cadeias produtivas regionais como instrumento eficaz de promoção do desenvolvimento regional, justamente por alavancar, em bases sustentáveis, o potencial endógeno das áreas assistidas.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover sistemas inovadores de serviços financeiros e não-financeiros e de gestão de riscos para o meio rural.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

A Lei n. 10.823, de 19 de dezembro de 2003, autorizou o Poder Executivo a conceder subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e criou o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) com competência para gerir a aplicação do benefício.

O Poder Executivo está preparando sua regulamentação, por meio de decreto, e as condições operacionais gerais para sua efetiva aplicação. Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) cabe a responsabilidade de executar e coordenar todas as ações inerentes à implantação e à administração do novo programa governamental.

Em razão disso, o Mapa solicitou ao IICA apoio para desenvolver e implementar um sistema informatizado de gerenciamento e de operacionalização do novo programa, para que ele possa responder com eficácia e agilidade, dadas as características intrínsecas da nova ação governamental.

Ainda quanto ao tema em questão, cabe destacar que o IICA tem trabalhado com o objetivo de realizar estudos e avaliações para a implantação de um efetivo seguro rural no Brasil.

Proveniente de um projeto de cooperação técnica, firmado entre o IICA e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul, o livro *Reflexões sobre o seguro*

*agrícola* é fruto do desenvolvimento desse trabalho e tem o intuito de esclarecer aspectos do seguro agrícola, nem sempre de conhecimento generalizado, que, por isso mesmo, podem se tornar entraves ao desenvolvimento desse importante instrumento de política agrícola. O enfoque central dessas reflexões refere-se aos prováveis comportamentos da oferta e da demanda e à respectiva interação refletida teoricamente no equilíbrio de mercado. São abordados, ainda, os incentivos ao crescimento do mercado de seguro agrícola, bem como os requisitos para o seguro agrícola operar com eficiência e os mecanismos que avaliam a diluição e a partilha do risco. Por derradeiro, é oferecida uma proposta que sugere tratamento diferenciado aos seguros de sinistros generalizados e aos seguros de sinistros independentes.

#### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover a segurança alimentar mediante o aumento da produtividade, maior acesso ao mercado por meio da melhor distribuição e da produção de alimentos inócuos e nutritivos, bem como da produção e do consumo de produtos que ofereçam maiores vantagens comparativas, considerando os aspectos sociais e econômicos.

#### **Agenda Nacional 2004-2005:**

Ainda com o Ministério da Integração, o IICA contribui para o desenvolvimento da agricultura irrigada, papel essencial no contexto da política governamental, com ênfase em determinadas regiões estratégicas do país. Cabe destacar o trabalho de inserção competitiva da fruticultura irrigada, que deverá ter continuidade e ser ampliado para a agricultura irrigada como um todo.

#### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Melhorar a conectividade rural e o acesso à informação, mediante o estabelecimento de sistemas de redes de informação entre as comunidades.

#### **Agenda Nacional 2004-2005:**

Cabe destacar o compromisso assumido pela direção-geral do IICA com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a criação do Fórum Permanente em Desenvolvimento Rural no Brasil, que será uma instância articuladora do trabalho nacional e difusora da experiência brasileira para o resto do continente, acelerando, assim, o intercâmbio de conhecimentos e de profissionais entre países da região, nos processos de cooperação técnica horizontal.

A finalidade da rede será integrar e potencializar as capacidades, experiências e instrumentos de cooperação técnica em atividades e projetos em que o instituto já vem colaborando, ampliando assim sua capacidade de cooperação técnica.

O IICA no Brasil facilitará a aprendizagem contínua em dupla via: difundindo a experiência brasileira na formulação de estratégias, políticas, programas e projetos e recuperando melhores práticas utilizadas no desenvolvimento rural em outros países, que podem ser úteis para o Brasil.

### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Aumentar a compreensão do impacto ambiental dos sistemas agropecuários convencionais e das tecnologias de produção apropriadas aos sistemas agroecológicos.

### **Agenda Nacional 2004-2005:**

O IICA tem conferido prioridade à agricultura como o maior usuário da água. Empenha-se também na busca de soluções eficientes para a aplicação dos recursos hídricos, visando à maximização da produção agrícola sem prejuízo da preservação do potencial do país. Para atingir esses objetivos, desenvolve parcerias no gerenciamento integrado de recursos hídricos, sempre coerentes com a realidade regional e local.

Em especial, o IICA e o Ministério do Meio Ambiente desenvolvem ações de cooperação técnica direcionadas para as seguintes metas:

- adoção de tecnologias recomendáveis para racionalizar os recursos hídricos no contexto da gerência de comitês de bacias hidrográficas, promovendo a sustentabilidade da exploração agrícola;
- fortalecimento institucional das secretarias de recursos hídricos estaduais e dos órgãos ambientais associados, com o intuito de promover o gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Apoiar o melhor entendimento e facilitar o diálogo e o trabalho em prol do consenso hemisférico, no que diz respeito aos vínculos entre biodiversidade e agricultura, no contexto dos acordos nacionais e internacionais.

Fortalecer as capacidades nacionais e locais para a atenuação de desastres naturais.

### **Agenda Nacional 2004-2005:**

A desertificação é resultante da degradação ambiental nas regiões subúmidas, áridas e semi-áridas e deriva de fatores naturais e de atividades humanas, sendo também causada por uma interação complexa de fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

Os eventos climáticos representam componentes decisivos no contexto da desertificação. A seca, por exemplo, é responsável por sérios desequilíbrios que afetam negativamente os sistemas de produção. Portanto, a mitigação dos efeitos da seca e a coexistência ou a convivência com esse fenômeno devem motivar as estratégias visando sua previsão. Tais ações devem ser direcionadas para a redução da vulnerabilidade da sociedade e dos sistemas naturais.

Nessa seara, a atuação do IICA se concretiza no *Programa de Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca* na América do Sul, cuja proposta é melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais afetadas pela desertificação, a partir da mudança de comportamento, de tecnologias apropriadas e de capacitação e treinamento, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover a agricultura sustentável sob uma visão agroecológica ampliada e inovadora, baseada no ordenamento dos territórios rurais, na diversificação e no uso não-alimentar da produção agrícola.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

As ações desenvolvidas pelo IICA, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica, deverão propor inovações para estar à altura das necessidades e dos anseios da sociedade nacional. Para que esse processo aconteça em todo o território brasileiro, e para que ele se transforme em uma efetiva conquista democrática, será necessário promover o desenvolvimento rural desde uma perspectiva territorial. Nada mais inovador do que estimular o desenvolvimento endógeno dos territórios rurais, partindo da ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais. Nada mais avançado do que orientar políticas públicas segundo as demandas expressadas pelas comunidades e pelas organizações da sociedade, reconhecendo as especificidades de cada território e ofertando instrumentos de desenvolvimento que atendam a essas características.

Para alcançar os objetivos da proposta de desenvolvimento dos territórios rurais desse projeto, desenhou-se um cenário de contínua articulação e adequação de políticas públicas com oportunidades e iniciativas territoriais capazes de:

- desenvolver ainda mais o capital social e o capital humano nos territórios apoiados, ainda que já presentes e atuantes;
- introduzir inovações socioeconômicas capazes de ampliar e diversificar suas atividades geradoras de renda e empregos, de caminhar para a consolidação de uma economia territorial que valorize os recursos locais, apoiando projetos inovadores, demonstrativos e associativos;
- estabelecer espaços institucionais de articulação, debates, decisão e gestão de planos territoriais de desenvolvimento, capazes de organizar os recursos territoriais em torno de iniciativas sustentáveis e competitivas;
- introduzir práticas de gestão social que aumentem e qualifiquem a participação social e estabeleçam novos processos de interação dos setores públicos com a sociedade civil.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Incentivar o diálogo e colaborar com outros setores ligados à vida rural, visando ao desenvolvimento de atividades que vinculem a agricultura com outras atividades não-agrícolas, tais como agroturismo, ecoturismo e serviços ambientais.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) propõe uma agenda de trabalho com o IICA que prevê, entre outras ações, a viabilização de intercâmbio técnico entre a área de turismo rural e a de agricultura familiar.

Tem sido cada vez mais freqüente a inclusão do turismo nas discussões que tratam do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. As transformações no modo de organização das populações rurais apontam o turismo como ferramenta capaz de proporcionar diversificação da renda, valorização da cultura local, comercialização da produção pelos próprios agricultores familiares e ainda estimular o resgate da auto-estima dessas populações.

Há no continente americano uma boa experiência com o turismo rural, área bastante interessante para o Brasil. Com o intuito de colaborar com o desenvolvimento desse filão, o IICA pode utilizar sua estrutura montada em 34 países do continente americano para sistematizar experiências de turismo rural e promover intercâmbios entre os países, propiciando o crescimento desejado.

#### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Apoiar a participação das comunidades rurais nas decisões que afetam sua vida e o ambiente em que vivem, em especial no sentido de desenvolver suas capacidades, habilidades de liderança e sua participação em programas governamentais.

#### **Agenda Nacional 2004-2005:**

A decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apóia o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e de organizações da sociedade civil que avaliaram necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora. Essa decisão teve como resultado a proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do MDA, e a formulação de um programa nacional apresentado, e aprovado, no âmbito do Plano Plurianual do Brasil, 2004-2007.

Mesmo com avanços em espaços conquistados pelos movimentos sociais, os resultados ainda estão muito aquém das necessidades. Alguns poucos resultados podem ser considerados restritos a determinadas regiões ou setores. As assimetrias quanto às oportunidades de desenvolvimento ainda produzem, no meio rural, o maior contingente de pobres e de excluídos.

Para ser valorizado, o rural precisa cumprir com os requisitos da produção, da otimização de seus recursos e da geração de riquezas, o que somente será viável se forem compreendidos e dinamizados seus próprios recursos humanos e naturais; se forem incorporados elementos da ciência, na forma de tecnologias ambientalmente amigáveis; se forem articuladas as suas interações com os demais setores econômicos; se o seu capital social se desenvolver e se, com ele, as pessoas encontrarem melhores oportunidades de bem-estar e de dignidade.

#### **Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover o fortalecimento da articulação das cadeias agroprodutivo-comerciais e a ampliação da infra-estrutura para o desenvolvimento.

Promover programas de pesquisa, desenvolvimento e comercialização de produtos que utilizam matéria-prima nacional que lhes agreguem valor.



**Agenda Nacional 2004-2005:**

Destaca-se a cooperação prestada pelo IICA ao fortalecimento do Mapa, visando à formulação e à implementação de políticas para o desenvolvimento do agronegócio, a partir da realização de estudos e diagnósticos das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

**Agenda Hemisférica 2003-2005:**

Promover o desenvolvimento de capacidades empresariais entre os diferentes grupos sociais e culturais da comunidade rural.

**Agenda Nacional 2004-2005:**

A experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA é aplicada na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do Instituto no Brasil, conforme a elaboração de planos regionais e locais de desenvolvimento sustentável, mais especificamente nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A capacitação é realizada por intermédio de uma abordagem sistêmica e integrada na formulação e execução de projetos de base de agricultura familiar, com forte componente de desenvolvimento organizacional para elevar a compreensão dos beneficiários sobre aspectos técnico-gerenciais e sobre novos conceitos e valores, como cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, transparência, parceria, co-gestão etc. Os profissionais capacitados tornam-se multiplicadores de conceitos e de metodologias na promoção de ações com enfoque sustentável e participativo.

## 8. RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO

A Representação do IICA no Brasil tem acumulado conhecimentos e experiências em temas importantes, investindo em projetos em áreas estratégicas, como comércio e desenvolvimento de agronegócios, inovação tecnológica, sanidade agropecuária e inocuidade de alimentos, desenvolvimento rural sustentável e capacitação no meio rural.

Como resultado da implementação de investimentos realizados ao longo de 2005, pode-se destacar a retomada de ações de cooperação técnica com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o que desde 1999 não ocorria, culminando com a elaboração dos seguintes projetos para o fortalecimento daquela instituição:

A implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, que permitirá ao Ministério melhorar o seu processo decisório na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas direcionadas ao seu público-alvo. Esse processo de melhoria, por conseguinte, será estendido aos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e aos órgãos específicos singulares, como as Secretarias e Superintendências do Mapa, e, indiretamente, aos órgãos de administração indireta – empresas públicas e sociedades de economia mista – e unidades descentralizadas, totalizando 85 órgãos.

A implementação do Projeto de Cooperação Técnica “Gestão e Modernização da Tecnologia da Informação e Implementação do Modelo de Gestão da Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”, que proverá o Ministério de um Plano de Diretrizes para a gestão e modernização da tecnologia da informação e permitirá a implementação de um Modelo de Gestão da Segurança da Informação que permita a operacionalização da gestão de risco, elevando o nível de segurança das informações utilizadas pelo Mapa.



## 9. OPORTUNIDADES PARA A COOPERAÇÃO NO FUTURO

A Representação do IICA no Brasil tem buscado diversificar sua atuação no país, no que tange à cooperação técnica ao setor agropecuário brasileiro. Entre as principais oportunidades de cooperação técnica vislumbradas para 2006 estão as parcerias com instituições privadas e prefeituras municipais, onde o IICA já vem atuando, como no caso de Guimarães, no Estado do Rio Grande do Norte.

Ressalta-se, ainda, a assistência preparatória junto à Eletronorte, para a implementação de ações e a adoção de abordagens e estratégias de desenvolvimento local que assegurem maior solidez e eficácia à execução e ao gerenciamento do Proset (Programa Social para os “Expropriados” da UHE Tucuruí).

Dando continuidade à ação da Representação do IICA no Brasil junto aos governos estaduais, vislumbra-se a oportunidade de cooperação técnica à Prefeitura de São Luís, no Estado do Maranhão, nas seguintes áreas:

EIXOS ESTRATÉGICOS DA COOPERAÇÃO	AÇÕES PROPOSTAS PELO IICA
CADEIAS PRODUTIVAS	Identificação e Dinamização dos Arranjos Produtivos Locais mais representativos nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural
POLÍTICAS PÚBLICAS	Proposição de Projeto de Lei Agrícola e Agrária para o município de São Luís. Realização de eventos de capacitação de técnicos e gestores públicos municipais para o planejamento e gerenciamento de políticas de desenvolvimento rural sustentável.
EDUCAÇÃO RURAL	Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local Sustentável
INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM DESENVOLVIMENTO RURAL	Proposição de investimentos públicos em projetos comunitários dinamizadores do desenvolvimento rural sustentável. Criação do fundo municipal de apoio ao desenvolvimento local sustentável.
ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS	Identificação e fortalecimento das redes de solidariedade, visando à dinamização do processo associativo e cooperativo.
MEIO AMBIENTE	Identificação e Dinamização de Sistemas Agroflorestais que associe preservação ambiental e geração de renda.

Finalmente, destaca-se a ampliação da aliança do IICA junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), materializada no novo projeto de cooperação técnica, que tem como objetivo de desenvolvimento “contribuir para melhorar a competitividade, a eficiência e a equidade do setor agropecuário brasileiro, por meio da geração e transferência de conhecimentos e tecnologias”.

# ANEXO

## Publicações

Heredia, Beatriz; Medeiros, Leonilde; Palmeira, Moacir; Cintrão, Rosângela; Leite, Sérgio Pereira (Org.). *Análise dos Impactos regionais da reforma agrária no Brasil*. Brasília: IICA/NEAD, 2005. 44 p.

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). *Programa de desertificação: harmonização e recopilação de indicadores de desertificação*. Brasília: IICA, 2005. 275 p.

—. *Informe de agronegócio*. Brasília: IICA, 2005. 75 p.

—. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília: IICA/NEAD/MDA, 2005. 38 p.

—. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Brasília: IICA/NEAD, v. 13, n. 1, 2005. 157 p.

Miranda, Carlos; Costa, Cristina (Org.). *Justiça agrária e cidadania*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2005. 196 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

— (Org.). *Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2005. 148 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

— (Org.). *Gestão social do território: experiências no Estado do Maranhão*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2005. 178 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

Moreira, Roberto José (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Brasília: IICA/NEAD, 2005. 320 p.

Sepúlveda, Sergio. *Desenvolvimento sustentável microrregional: métodos para planejamento local*. Tradução de Dalton Guimarães. Brasília: IICA/SDT, 2005. 296 p. 15x23cm.

Stédile, João Pedro (Org.). *Questão agrária no Brasil: o debate tradicional*. Brasília: IICA/NEAD, 2005. 304 p.

— (Org.). *Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda*. Brasília: IICA/NEAD, 2005. 320 p.

— (Org.). *Questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária*. Brasília: IICA/NEAD, 2005. 240 p.



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura – IICA

Representação do IICA no Brasil

SHIS QI 3, Lote “A”, Bloco “F” – Centro Empresarial Terracotta

CEP: 71.605-450 – Brasília-DF

Fone: 55 61 2106 5477

Fax: 55 61 2106 5459

E-mail: [iica.br@iica.int](mailto:iica.br@iica.int)

Homepage: [www.iica.org.br](http://www.iica.org.br)